



Os povos indígenas isolados e as obras de infraestrutura que ameaçam seus territórios

Antonio Oviedo

Resumo

Este documento resulta de um levantamento e da análise de dados e informações sobre os registros de povos indígenas isolados, as obras de infraestrutura contidas no Plano Nacional de Logística 2025 e no Plano Nacional de Energia 2030, buscando mapear as obras e requerimentos que impactam ou impactarão os povos indígenas isolados e os seus territórios. Várias obras de infraestrutura contidos nesse levantamento provocarão transformações nos modos de vida e nos territórios onde vivem estes grupos étnicos. Na primeira parte do documento é feita uma contextualização dos registros de presença dos povos indígenas isolados. O documento segue com as informações reunidas a respeito das obras que integram os eixos de transporte e energia, e identifica aqueles que direta e indiretamente estão ameaçando os modos e nas condições de vida dos povos indígenas isolados localizados nestes territórios. Detectamos 123 obras (entre UHEs, PCHs, Termelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, instalações portuárias, obras do Programa Nacional de Logística 2025 e a BR-319 nessa situação, os quais ameaçam 58 registros de povos indígenas isolados.

Para os 28 registros “Confirmados”, existem 29 obras de infraestrutura que ameaçam seus territórios (14 UHEs, 6 PCHs, 5 termelétricas, 1 linha de transmissão e 3 obras do PNL). Nestes territórios, considerando a confirmação por parte da Funai da presença de povos indígenas isolados, tais obras necessitam de um cuidadoso estudo de impacto ambiental, especialmente quanto a consulta prévia aos povos indígenas e populações tradicionais da região.

Para os 26 registros “Em estudo”, existem 61 obras de infraestrutura que ameaçam seus territórios (28 UHEs, 13 PCHs, 14 termelétricas, 2 linhas de transmissão, 1 gasoduto e 3 obras do PNL). Para os 67 registros de “Informação” (incluindo 7 registros da base de dados do ISA), existem 18 obras de infraestrutura que ameaçam seus territórios (6 UHEs, 7 PCHs e 5 obras do PNL). Nestes territórios, é urgente a conclusão dos estudos para qualificação destes registros. Caso o licenciamento destas obras inicie antes da qualificação destes registros, as eventuais medidas mitigadoras e condicionantes estabelecidas pelos órgãos responsáveis pelo licenciamento podem não considerar (ou considerar de forma limitada) tais territórios e povos indígenas isolados.

Registros de presença de povos indígenas isolados

Os povos indígenas denominados em "isolamento voluntário" encontram-se numa situação de extrema vulnerabilidade frente à invasão dos seus territórios, massacres e à propagação de doenças contra as quais não possuem defesas imunológicas. As políticas públicas e ações de proteção incrementaram nas últimas décadas, mas o avanço das atividades de roubo de madeira, mineração ilegal, abertura de áreas para lavoura de grãos, intensificação da grilagem e grandes projetos de infraestrutura, segue com passos ainda mais acelerados. Atualmente, o número crescente de relatórios sobre enfrentamentos com populações locais, impactos ambientais decorrentes de obras de infraestrutura, migrações fora do território tradicional e encadeamentos de processos de contato, configuram um quadro incerto e preocupante para a sobrevivência desses povos.

A Funai reconhece a existência de 114 registros de povos isolados (Figura 1), sendo que 60 são classificados como "informações" (49,6%), 26 referências "em estudo" (21,5%) e 28 referências "confirmadas" (23,1%). Ainda, o banco de dados do Instituto Socioambiental (ISA) considera outros 7 registros classificados como "informação" (5,8%).

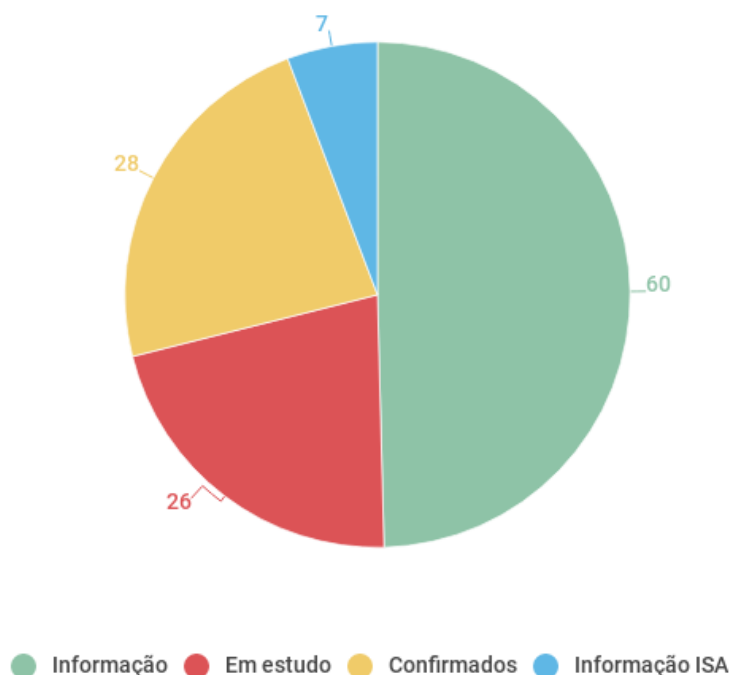


Figura 1. Registro de presença de povos indígenas isolados.

Fonte: Informação técnica no. 16/2018/CPLII/CGIIRC/DPT-FUNAI e ISA.

No sistema de classificação e metodologia adotados pela Funai, entende-se por " Informação" todo e qualquer relato ou notícia prestada à Coordenação Geral de índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) sobre a possível existência de um povo indígena isolado em determinada região do território nacional. Após as primeiras triagens e avaliações técnicas, que visam identificar a consistência desses relatos, passam a compor o banco de dados na forma de "Registro Informação", cabendo à CGIIRC e às Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) a responsabilidade de qualificar documentalmente ou em campo esses relatos ou notícias,

constituindo-se um acervo ou conjunto de dados que justificam a mudança de status de "Informação" para "Referência em estudo".

Entende-se por "Referência em Estudo" um conjunto de dados ou relatos qualificados sobre a presença de um povo indígena isolado em determinada região. Esse acervo pode ser constituído por documentos administrativos, informações bibliográficas, cartográficas, relatos orais (documentados), entre outros, e subsidia os trabalhos de campo que visam confirmar "in loco" a presença de povos indígenas isolados. O trabalho realizado em campo por uma equipe técnica da CGIIRC poderá comprovar ou refutar a presença atual de povo indígena isolado em determinada região. Caso a equipe constate de fato essa existência, por meio da localização de indícios materiais, esse registro passa à classificação de "Referência Confirmada".

O registro de "Referência Confirmada" trata-se de registro cuja existência foi administrativamente comprovada por meio de ações de campo. É considerada confirmada quando o trabalho de campo de equipe especializada da CGIIRC/FPE's comprova "in loco" a existência de povo indígena isolado, com a observação e sistematização de provas materiais irrefutáveis de sua presença e a compreensão sobre suas dinâmicas territoriais. Tais informações devem ser registradas em relatórios oficiais com o propósito de fundamentar as ações posteriores de proteção, inclusive no que diz respeito aos estudos de impacto e viabilidade de grandes obras de infraestrutura.

A Figura 1 mostra que a grande maioria dos registros (93 registros ou 80% do total) encontram-se classificados como "Informação" ou "Em estudo". Isso mostra a grande demanda e urgência de expedientes administrativos, avaliações técnicas e expedições de campo para qualificação destes registros por parte da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) da Funai.

Estes registros estão distribuídos em 79 áreas protegidas. São 49 Terras Indígenas (total de 82 registros: 37 registros de informação, 16 em estudo, 25 confirmados e 4 registros do banco de dados do ISA), 22 Unidades de Conservação federais - 14 de proteção integral e 8 de uso sustentável (total de 23 registros: 12 registros de informação, 8 em estudo, 1 confirmado e 2 registros do banco de dados do ISA), 8 Unidades de Conservação estaduais - 4 de proteção integral e 4 de uso sustentável (total de 9 registros: 5 registros de informação, 3 em estudo e 1 confirmado), e 18 microbacias localizadas fora de áreas protegidas (total de 18 registros: 11 registros de informação, 4 em estudo, 2 confirmados e 1 registro do banco de dados do ISA) (Figura 2 e Figura 3).

As 18 microbacias localizadas fora de áreas protegidas apresentam uma área total de 4.147.160,12 hectares, sendo que 1,4% (61.020,3 ha) tem sobreposição com terras indígenas, 0,3% (15.563,6 ha) tem sobreposição com unidades de conservação federais, 20% (832.597,8 ha) tem sobreposição com terras públicas não destinadas e 78% (3.237.978,4 ha) tem sobreposição com imóveis privados (cadastrados no CAR ou INCRA). Três territórios com registros de "Informação" (Urucum, Igarapé do Natal e Igarapé Bafuanã) possuem alta sobreposição com terras públicas não destinadas (90% para o registro Urucum, 54,7% para o registro Igarapé do Natal e 49,1% para o registro Igarapé Bafuanã). Ainda existem dois registros "Em estudo" (Baixo Jatapú com 82% de sobreposição e Igarapé Maburrã com 10% de sobreposição) e um registro confirmado, Igarapé Lambança, com 21 % de sobreposição com as áreas públicas não destinadas.

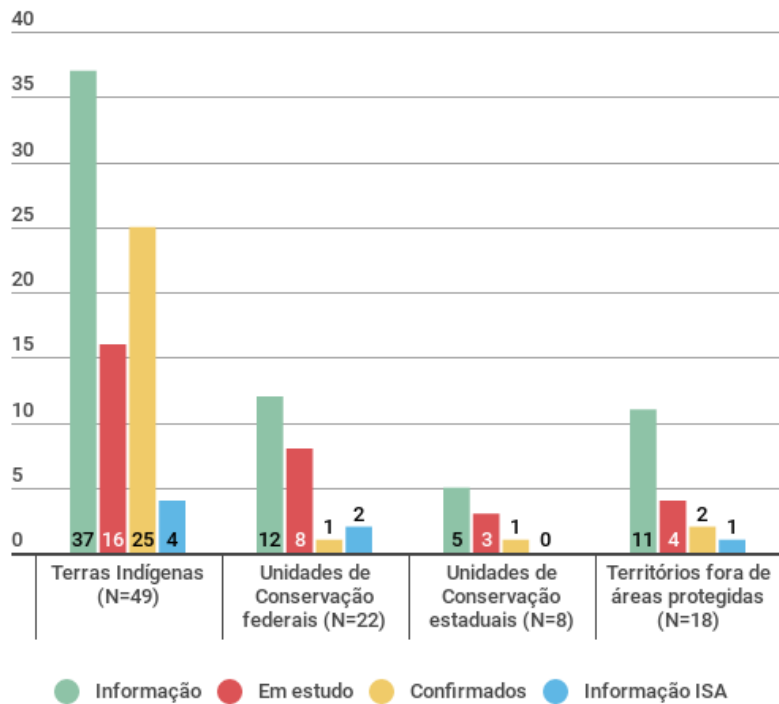


Figura 2. Territórios com presença de povos indígenas isolados. Os valores não consideram a sobreposição de áreas protegidas. Fonte: Informação técnica No. 16/2018/CPLII/CGIIRC/DPT-FUNAI e ISA.

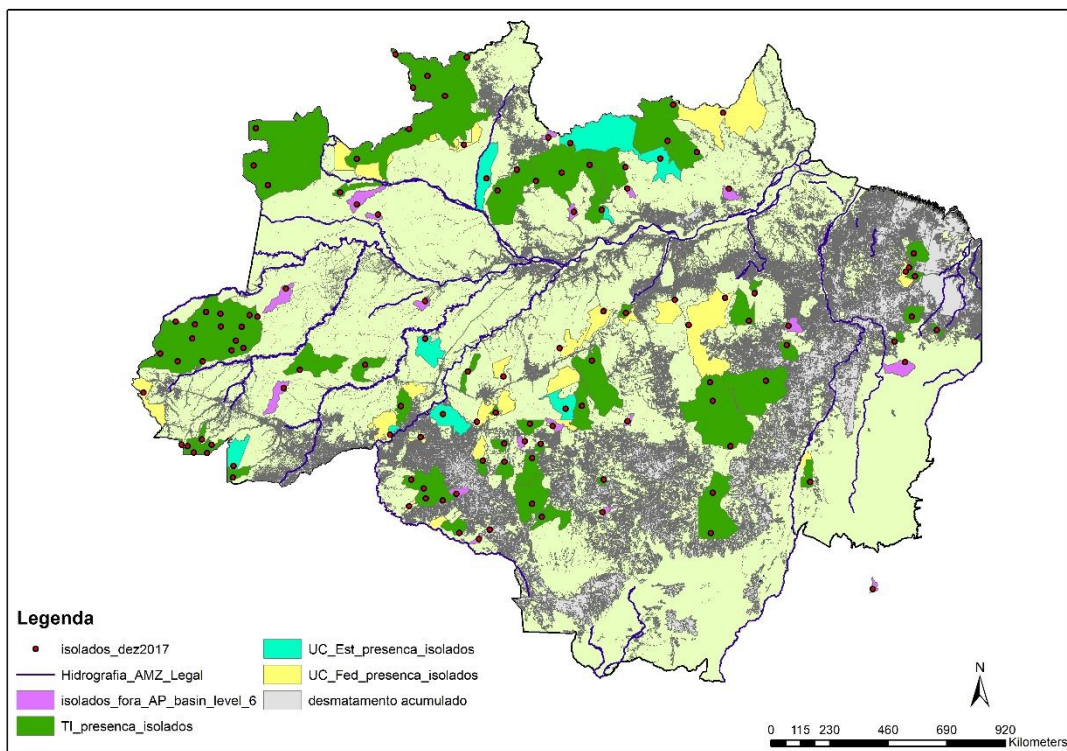


Figura 3. Territórios com registros de presença de povos indígenas isolados na Amazônia. Fonte: Informação técnica No. 16/2018/CPLII/CGIIRC/DPT-FUNAI e ISA.

O desmatamento nos territórios com presença de povos indígenas isolados

Entre 2012 a 2017 as terras indígenas e unidades de conservação (federais e estaduais) com presença de índios isolados registraram 118.980,22 hectares em desmatamentos. Para as 49 terras indígenas com presença de índios isolados, o desmatamento no período de 2012 a 2017 somou 30.776, 54 hectares, sendo que 23 TIs respondem por 90% do desmatamento (Tabela 1).

nome TI	d2012	d2013	d2014	d2015	d2016	d2017	Total
TI Alto Turiaçu	272,36	1.517,17	589,02	468,08	175,47	96,08	3.118,18
TI Awá	433,96	1.303,86	495,89	222,61	274,44	6,53	2.737,29
TI Yanomami	651,95	210,45	265,88	349,64	920,84	204,78	2.603,54
TI Zoró	969,24	799,13	6,33	8,11	206,22	8,68	1.997,70
TI Kayapó	77,31	319,47	165,57	103,55	303,69	869,93	1.839,52
TI Ituna/Itatá	112,01	44,63	7,41	72,65	233,76	1.351,18	1.821,63
TI Uru-Eu-Wau-Wau	107,81	217,81	85,39	165,90	553,07	665,34	1.795,31
TI Inãwébohona	577,06	592,62	118,64	52,55			1.340,87
PI Xingu	578,57	275,33	98,81	96,92	100,75	135,99	1.286,37
TI Mundurucu	191,94	77,94	109,74	205,61	226,74	418,44	1.230,42
TI Jacareúba/Katawixi	982,69	25,28	18,85	16,53	35,32		1.078,67
TI Araribóia	129,83	386,37	71,80	180,70	74,99	56,89	900,58
TI Alto Rio Negro	89,13	66,73	71,19	531,82	109,78	27,20	895,84
TI Vale do Javari	162,05	78,45	67,46	305,60	97,00	87,32	797,88
TI Caru	138,95	224,51	150,08	43,15	66,31	25,09	648,09
TI Enawenê Nawê	44,88	353,26	20,80	98,90		72,45	590,28
TI Cana Brava	190,09	153,18	105,73	99,51	19,68		568,20
TI Igarapé Lourdes	132,82	212,14	25,14	17,47	146,48	29,46	563,51
TI Kaxuyana-Tunayana	74,84	51,10	30,68	141,86	126,82	99,97	525,26
TI Menkragnoti	56,67	49,63	38,47	43,53	237,88	8,57	434,76
TI Pirititi		6,98	11,36	65,31	14,56	276,21	374,42
TI Sawré Muybu (Pimental)	118,82	68,52	51,36	6,66	74,09	38,27	357,72
TI Pirahã	28,58	115,91	7,02	150,72	30,20	23,83	356,25

Tabela 1. Terras Indígenas com presença de índios isolados que respondem por 90% do desmatamento em hectares/ano (Total de 49 TIs com presença dos povos indígenas isolados). Fonte: dados PRODES-INPE.

Para as 22 UCs federais com presença de índios isolados, o desmatamento no período de 2012 a 2017 somou 21.043,02 hectares, sendo que 11 UCs respondem por 95% do desmatamento (Tabela 2). Um aspecto relevante é que das 22 UCs, 54% possui plano de manejo,

nome UC	PM	d2012	d2013	d2014	d2015	d2016	d2017	TOTAL
REBIO do Gurupi	sim	1.216,37	692,96	50,44	970,58	526,68	695,53	4.152,57
FLONA de Itaituba II	sim	815,14	401,61	284,01	376,38	406,34	945,47	3.228,94
ESEC da Terra do Meio	não	391,22	56,69	125,23	390,98	879,94	1.143,48	2.987,54

PARNA Mapinguari	não	1.170,28	330,14	83,26	122,99	66,39	366,55	2.139,61
FLONA do Amanã	sim	256,35	110,12	303,82	231,40	484,60	595,86	1.982,13
FLONA do Bom Futuro	sim	126,82	473,96	160,78	106,59	154,22	598,90	1.621,27
PARNA do Araguaia	sim	577,06	591,77	118,64	52,55			1.340,01
RESEX Riozinho do Anfrísio	sim	167,79	19,71	240,98	221,12	119,70	170,63	939,93
FLONA de Urupadi	não	10,23	6,76	462,61	70,90	23,33	78,16	651,99
PARNA da Serra do Divisor	sim	44,80	71,84	124,42	205,31	118,46	36,01	600,83
RESEX do Rio Cautário	não		440,86					440,86

Tabela 2. Unidades de Conservação federais com presença de índios isolados que respondem por 95% do desmatamento em hectares/ano (Total de 49 TIs com presença dos povos indígenas isolados). O campo "PM" indica a existência de plano de manejo na UC). Fonte: dados PRODES-INPE.

Para as 8 UCs estaduais com presença de índios isolados, o desmatamento no período de 2012 a 2017 somou 67.160,65 hectares (Tabela 3).

nome_uc	d2012	d2013	d2014	d2015	d2016	d2017	Total
FLOREX Rio Preto-Jacundá	6.632,85	7.630,13	6.963,83	11.361,56	15.756,34	18.314,63	66.659,34
FES de Faro	31,39	35,96	0,00	77,53	93,62	78,25	316,75
FES Tapauá	0,00	20,28	23,23	42,82	22,07	6,58	114,98
APA Baixo Rio Branco	6,46	9,12	6,44	21,11	7,70	0,00	50,83
ESEC Serra dos Três Irmãos	0,05	10,84	0,00	0,00	0,00	0,00	10,90
ESEC do Grão-Pará	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,86	7,86
PES Chandless	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PES do Sucunduri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 3. Desmatamento (hectares/ano) nas Unidades de Conservação estaduais com presença de índios isolados). Fonte: dados PRODES-INPE.

As obras de infraestrutura que ameaçam os povos indígenas isolados

Historicamente na Amazônia, as obras de infraestrutura linear (estradas e ferrovias), em vez de conduzirem ao desenvolvimento, acabam abrindo caminho para mais desmatamento, grilagem e impactos sociais de todo tipo. De acordo com o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Philip Fearnside, as rodovias causam grandes impactos sociais e ambientais na Amazônia e podem dificultar tentativas de controlar o desmatamento. Como exemplo, ele cita a BR-230, BR-163, BR-364 e BR-319. A BR-230, conhecida como a Transamazônica, foi criada na década de 1970 com o objetivo de promover a ocupação e colonização da Amazônia. A rodovia é o retrato do abandono. A BR-163 liga Cuiabá, no Mato Grosso, a Santarém, no Pará. É usada principalmente para o escoamento da produção de soja e fica intransitável no período das chuvas. A mais polêmica, entretanto, é a BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), em vias de ser pavimentada por pressão dos interesses econômicos locais. A ferrovia Ferrogrão com quase mil quilômetros de extensão, partindo da região produtora de cereais de Sinop (MT) aos portos de Miritituba (PA), visa consolidar um novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. Segundo os estudos de Viabilidade Técnica publicados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o traçado da Ferrogrão vai impactar mais de 20 áreas

protegidas, entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Basta anunciar o início da implementação destas obras e o desmatamento se eleva nas regiões de influência.

As hidrelétricas implantadas na Amazônia durante a última década, sob o argumento de manter o abastecimento de energia para mover a economia brasileira, são outro exemplo de obras planejadas conforme o interesse setorial em detrimento das necessidades e da realidade local. Assim foi com o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, em Rondônia, composto por duas usinas de grande porte: Jirau e Santo Antônio, e, no Pará, com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Um diagnóstico do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVCes) desenvolvido em parceria com a Corporação Financeira Internacional (IFC)¹ avaliou o que ocorre na Amazônia em relação aos megaprojetos de infraestrutura. Invariavelmente, tais projetos são planejados, implementados e medidos conforme expectativas setoriais e segundo metas macroeconômicas de alcance nacional, mas desconectados das reais demandas sociais locais. O resultado tende a violações de direitos, perda de oportunidades socioeconômicas e estrangulamento de modos de vida e usos dos recursos naturais que dizem respeito ao desenvolvimento humano e sustentável, diz a análise. O relatório também alerta que essa dinâmica ocorre em grandes projetos agropecuários, de mineração, energia e transportes.

No início de 2018, o governo federal buscando abrir uma agenda positiva em meio à crise política provocada pelos sucessivos escândalos de corrupção – muitos deles ligados às obras de infraestrutura na Amazônia –, anunciou novos investimentos no setor. A carteira de projetos previstos no Plano Nacional de Logística 2025 para a Amazônia define gargalos dos modais brasileiros e contempla ferrovias com leilões e concessões previstos para 2018 e investimentos de R\$ 25 bilhões (Tabela 4). A lógica é a mesma das últimas décadas: promoção de pesados investimentos sem planejamento prévio ou perspectiva de inclusão ou de benefícios das populações locais, que herdarão apenas os impactos sociais e ambientais negativos.

¹ "Grandes Obras na Amazônia", 2015, conduzido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-EAESP (GVCes) e pelo International Finance Corporation (IFC).

Cenário Rede Básica				
UF	Obra	Tipo	Trecho	Extensão (km)
MA	MA-135	Construção	Estiva - Entr. BR-402/MA-110 (Bacabeira)	25,9
PA	PA-163	Construção	Div. MT/PA - Entr. BR-230 (Campo Verde)	114,6
PA	PA-230	Construção	Entr. BR-163 (Campo Verde) -	16
MA/PA	Estrada de Ferro Carajás-EFC	Duplicação	Ponta da Madeira/MA – Carajás/PA	892
Cenário PNL 2025				
UF	Obra	Tipo	Trecho	Extensão (km)
MT	MT-158	Construção	Entr. MT-412 (p/ Canarana do Norte) - Entr. MT-322	122,9
MT	MT-174	Construção	Entr. MT-420 (Castanheira) - Entr. MT-206/418 (Colniza)	267,6
MT	MT-242	Construção	Entr. BR-158/MT-243 - Entr. BR-163/MT-242 (Sorriso)	433,9
PA	PA-230	Construção	Entr. BR-153/155/222 (Marabá) - Medicilândia	486,3
PA	PA-230	Construção	Medicilândia - Entr. BR-163 (Rurópolis)	256
PA	PA-230	Construção	Entr. BR-163 (Rurópolis) - Entr. BR-163 (Campo Verde)	111,9
RO	RO-364	Duplicação/Manutenção	Entr. BR-174 (Div. MT/RO) - Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães)	703,6
TO	TO-242	Construção	Entr. TO-110 (acesso Taguatinga) - Entr. TO-373 (Peixe)	298,4
TO	TO-153	Duplicação	Entr. TO-070 (Aliança do Tocantins/TO) - Entr. BR-060 (Anápolis/GO)	624,1
PA/MT	Ferrovia Ferrogrão	Construção	Miritituba/PA - Sinop/MT	1142
TO	Ferrovia Norte-Sul (FNS)	Construção	Porto Nacional/TO – Estrela D'Oeste/SP	1544
PA/MA	Estrada de Ferro Carajás-EFC	Adequação	Malha concedida	892
PA	Hidrovia do Tocantins	Derrocamento do Pedral do Lourenço	Marabá/PA - Vila do Conde/PA 560	560
Gargalos Logísticos				
UF	Obra	Tipo	Trecho	Extensão aprox. (km)
MT	BR-163	Saturação ou gargalo nas ligações	Cuiaba(MT) - Sorriso (MT)/Sinop (MT)	488
MA	BR-010	Saturação ou gargalo nas ligações	Porto Franco (MA) - Açailândia (MA)	270,7
MA	BR-226	Saturação ou gargalo nas ligações	Teresina (MA) - Porto Franco (MA)	489
PA	BR-010	Saturação ou gargalo nas ligações	Sta Maria (PA) - Belém (PA)	138
PA	BR-316	Saturação ou gargalo nas ligações	Sta Maria (PA) - Camiranga (PA)	366
MA	BR-316	Saturação ou gargalo nas ligações	Teresina (MA) - Barro Duro (MA)	129
MA	BR-135/222	Saturação ou gargalo nas ligações	Miranda do Norte (MA) - Itapecuru Mirim (MA)	110
MA	BR-222	Saturação ou gargalo nas ligações	Itapecuru Mirim (MA) - Vargem Granbde (MA)	80

Tabela 4. Cenários “rede básica” e “PNL2025”, e gargalos logísticos para a Amazônia.

A Figura 4 apresenta um quadro geral das obras de infraestrutura que ameaçam os povos indígenas isolados.

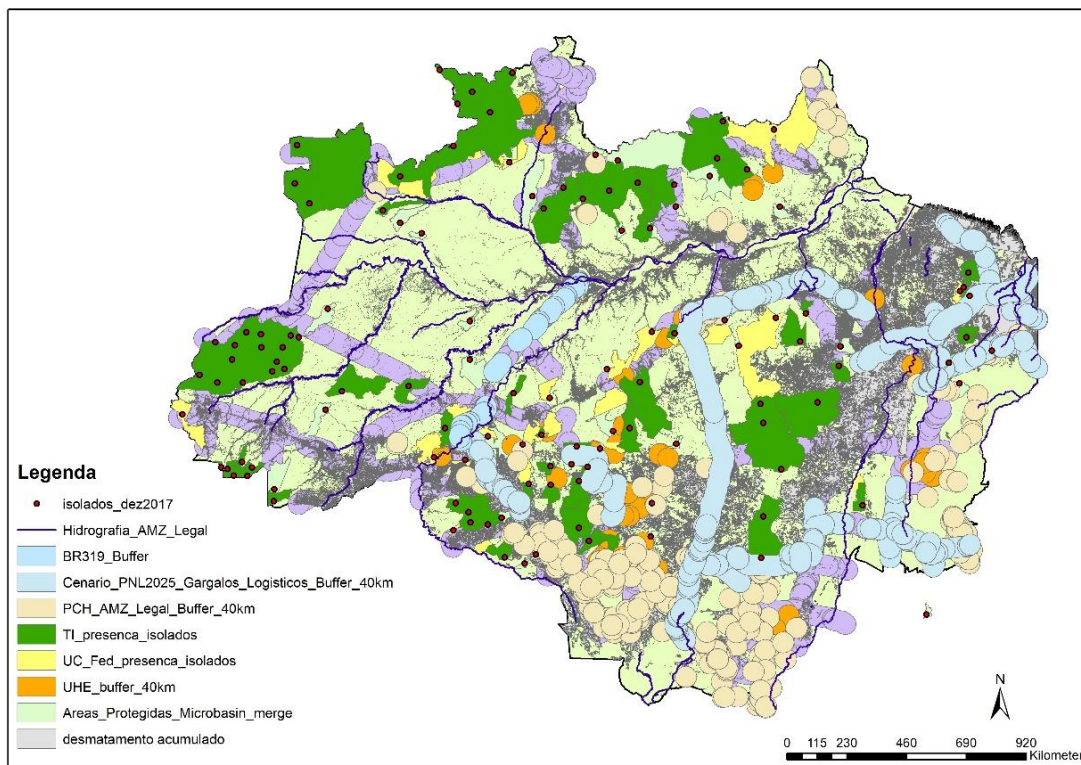


Figura 4. Obras de infraestrutura que ameaçam os povos indígenas isolados.

A Tabela 3 mostra os registros de povos indígenas isolados ameaçados por Usinas Hidrelétricas (UHEs). Para esta análise foi utilizado um raio de influência direta da obra de 40km conforme diretriz da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os resultados mostram que as UHEs na Amazônia podem impactar 31 territórios com registros de povos indígenas isolados, totalizando 44 registros (22 registros de informação, 14 em estudo e 3 confirmados). Considerando a eventual sobreposição entre as áreas protegidas consideradas, um total de 35 UHEs ameaçam estes territórios. A maioria das UHEs identificadas (19) encontram-se no estágio “Eixo Disponível”, ou seja, empreendimentos identificados em um inventário e disponíveis para estudos ou registros. Seis empreendimentos já se encontram em operação e outros dez apresentam estudos de viabilidade (VB) em curso (7 registrados, 2 aceitos e 1 aprovado).

UHE			
Territórios com registros de povos indígenas isolados	Territórios afetados	Registros de povos isolados	UHEs
TIs	16	24 (15,6,3)	31
UCs federais	9	9 (4,5,0)	13
UCs estaduais	3	3 (1,2,0)	4
Fora de áreas protegidas	3	3 (2,1,0)	5

Tabela 3. Registros de povos indígenas isolados ameaçados por usinas hidrelétricas. Os valores entre parênteses no campo “Registros de povos isolados” referem-se aos registros classificados como informação, em estudo ou confirmados. A quantidade de UHEs para cada tipologia de território não considera a eventual sobreposição de áreas protegidas.

O estado do Pará concentra um número elevado de UHEs planejadas (Jardim do Ouro, Chacorão, Jatobá, São Luiz do Tapajós, Cachoeira do Caí, Jamaxim, Cachoeira dos Patos, Marabá e Santa Izabel). O governo tem tratado as primeiras quatro UHEs desta lista como estratégicas e estruturantes (Resolução Nº 3, de 03/05/2011). Segundo o Manifesto Kayabi e Munduruku contra os Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Teles Pires (Terra indígena Kayabi, 30 de novembro a 01 de dezembro de 2011) a construção da UHE Chacorão provocará a inundação de 18.721 hectares da Terra Indígena Munduruku. No Mato Grosso estão previstas outras duas hidrelétricas: a de Toricoejo e a de Água Limpa, ambas localizadas na bacia hidrográfica formada pelos Rios Araguaia e das Mortes.

A Tabela 4 mostra os registros de povos indígenas isolados ameaçados por Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Para esta análise foi utilizado um raio de influência direta da obra de 40km conforme diretriz da ANEEL. Os resultados mostram que as PCHs na Amazônia podem impactar 21 territórios com registros de povos indígenas isolados, totalizando 29 registros (19 registros de informação, 5 em estudo e 5 confirmados). Considerando a eventual sobreposição entre as áreas protegidas consideradas, um total de 51 PCHs ameaçam estes territórios. A maioria das PCHs (41%) encontra-se no estágio “Eixo disponível” (empreendimentos identificados em um inventário hidrelétrico disponíveis para a realização do estudo de viabilidade), enquanto outras 10 PCHs (20%) encontram-se no estágio “Registro da adequação do sumário executivo” e 11 PCHs (21,5%) já se encontram em operação.

PCH			
Territórios com registros de povos indígenas isolados	Territórios afetados	Registros de povos isolados	PCHs
TIs	11	19 (13,2,4)	31
UCs federais	7	7 (3,3,1)	26
UCs estaduais	1	1 (1,0,0)	2
Fora de áreas protegidas	2	2 (2,0,0)	4

Tabela 4. Registros de povos indígenas isolados ameaçados por pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Os valores entre parênteses no campo “Registros de povos isolados” referem-se aos registros classificados como informação, em estudo ou confirmados. A quantidade de PCHs para cada tipologia de território não considera a eventual sobreposição de áreas protegidas.

A Tabela 5 mostra os registros de povos indígenas isolados ameaçados por termelétricas. Para esta análise foi utilizado um raio de influência direta da obra de 10km conforme diretriz da ANEEL. Os resultados mostram que as termelétricas na Amazônia podem impactar 17 territórios com registros de povos indígenas isolados, totalizando 26 registros (15 registros de informação, 5 em estudo e 5 confirmados). Considerando a eventual sobreposição entre as áreas protegidas, um total de 19 termelétricas ameaçam estes territórios. A grande maioria das termelétricas (80%) encontram-se em operação (um total de 24). Cinco termelétricas ainda não iniciaram as obras de construção e uma está desativada.

Termoelétricas			
Territórios com registros de povos indígenas isolados	Territórios afetados	Registros de povos isolados	Obras
TIs	12	21 (13,4,3)	26
UCs federais	3	3 (1,1,1)	4
UCs estaduais	1	1 (0,0,1)	1
Fora de áreas protegidas	1	1 (1,0,0)	1

Tabela 5. Registros de povos indígenas isolados ameaçados por termelétricas. Os valores entre parênteses no campo "Registros de povos isolados" referem-se aos registros classificados como informação, em estudo ou confirmados. A quantidade de termelétricas para cada tipologia de território não considera a eventual sobreposição de áreas protegidas.

A Tabela 6 mostra os registros de povos indígenas isolados ameaçados por obras do Plano Nacional de Logística (cenário rede básica, cenário PNL 2025 e gargalos logísticos). Para esta análise foi utilizado um raio de influência direta da obra ou gargalo logístico de 40km. Os gargalos logísticos não envolvem a construção de infraestrutura, mas representam regiões onde o PNL identificou níveis elevados de saturação futura ou gargalo em ligações críticas em razão das relações entre os volumes alocados e as capacidades das vias, o que pode promover impactos ambientais na região (i.e. valor da terra e custos de oportunidade para conversão da floresta).

Os resultados mostram que as obras do PNL podem impactar 20 territórios com registros de povos indígenas isolados, totalizando 21 registros (17 registros de informação, 1 em estudo e 3 confirmados). Dentre as obras e gargalos logísticos listados nos dois cenários do PNL 2025, destacamos nove que impactam as terras indígenas (Ferrogrão EF-170, ampliação da Estrada de Ferro Carajás, BR-174/MT, BR-364/RO/MT, BR-242/MT, BR-226/MA, BR-010/PA, BR-010/MA, BR-316/PA). No estado do Maranhão, quatro terras indígenas podem ser impactadas pelas obras do PNL colocando em risco quatro registros de presença de povos indígenas isolados. Ainda, duas obras do PNL (BR-364/RO, BR-174/MT) e um gargalo logístico (BR-010/MA) podem impactar quatro territórios sem proteção (regiões fora das áreas protegidas que não estão possuem regulamentação de proteção dos povos isolados) e que possuem quatro registros de presença de povos indígenas isolados.

PNL 2025 – Cenários rede básica e PNL 2025			
Territórios com registros de povos indígenas isolados	Territórios afetados	Registros de povos isolados	Obras e gargalos logísticos
TIs	10	11 (9,0,2)	9
UCs federais	5	5 (5,0,0)	3
UCs estaduais	1	1 (1,0,0)	1
Fora de áreas protegidas	4	4 (2,1,1)	3

Tabela 6. Registros de povos indígenas isolados ameaçados por obras do Plano Nacional de Logística – PNL 2025. Os valores entre parênteses no campo “Registros de povos isolados” referem-se aos registros classificados como informação, em estudo ou confirmados. A quantidade de obras para cada tipologia de território não considera a eventual sobreposição de áreas protegidas.

Considerando a extensão das obras previstas nos cenários rede básica e PNL 2025 (excluindo os gargalos logísticos), o estado do Pará tem sobreposição com 9 obras e 2.587 km, seguido dos estados do Tocantins (3 obras e mais de 2.466 km), Mato Grosso (4 obras e mais de 1.395 km) e Maranhão (3 obras e 497 km). Projetados em um mapa, fica nítido que os cenários promovem a expansão e o adensamento da infraestrutura de transporte em direção à fronteira do Brasil com o Peru e Bolívia e à saída pelos portos e hidrovias dos rios Tapajós, Tocantins e Amazonas.

Estas obras podem promover diversos impactos ambientais sobre os territórios e modos de vida destes povos indígenas isolados, tais como aumento e pressão por desmatamentos; exploração ilegal de recursos naturais; grilagem de terras; degradação e derivação de recursos hídricos; e contato com grupos ou indivíduos tais como madeireiros, garimpeiros, mercadores, soldados, pesquisadores e funcionários das obras.

Desenvolver esse tipo de percepção e entendimento é importante também para identificar e avaliar os impactos que podem ser gerados sobre os territórios dos povos indígenas isolados em razão da sinergia existente entre os projetos. A construção de uma rodovia, por exemplo, pode ter seu impacto social e/ ou ambiental multiplicado ou potencializado se houver a construção, na mesma área de influência, de uma usina hidrelétrica ou de um porto destinado à exportação de grãos. Alguns exemplos: a integração da BR-163 com a Ferrogrão e hidrovia do Rio Amazonas; integração da BR-319 com a hidrovia do Rio Amazonas; a integração entre a hidrovia do Rio Tapajós/Juruena/Teles Pires com o conjunto de hidrelétricas programadas para serem instaladas nesses rios.

A pavimentação da BR-319, que liga a cidades de Manaus (AM) e Porto Velho (RO), apesar de não estar listada no PNL tem sido mencionada na maioria dos planos de governo dos principais candidatos à presidência. Esta obra deverá impactar 1 TI, 2 UCs federais e 2 UCs estaduais com presença de índios isolados, bem como aumentar as tensões e conflitos por terra que ocorrem atualmente na região. Essa obra irá conectar o chamado Arco do Desmatamento (especialmente o trecho Norte do Mato Grosso – Sul do Amazonas – Rondônia) com a Amazônia Central, área de floresta contínua mais preservada na Amazônia brasileira.

A Tabela 7 mostra os registros de povos indígenas isolados ameaçados por obras de construção de instalações portuárias. Para esta análise foi utilizado um raio de influência direta da obra de 10km. Os resultados mostram que quatro instalações portuárias na Amazônia podem impactar 3 territórios com registros de povos indígenas isolados, totalizando 3 registros classificados como “Informação”. Destas quatro instalações portuárias, três já possuem autorização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Portos			
Territórios com registros de povos indígenas isolados	Territórios afetados	Registros de povos isolados	Obras
TIs	0	0	0
UCs federais	0	0	0
UCs estaduais	1	1 (1,0,0)	1
Fora de áreas protegidas	2	2 (2,0,0)	3

Tabela 7. Registros de povos indígenas isolados ameaçados por instalações portuárias. Os valores entre parênteses no campo “Registros de povos isolados” referem-se aos registros classificados como informação, em estudo ou confirmados. A quantidade de termelétricas para cada tipologia de território não considera a eventual sobreposição de áreas protegidas.

Considerações finais

Este estudo identificou inúmeras obras de infraestrutura contidas nos planos da ANEEL e PNL 2025 que provocarão transformações nos modos de vida e nos territórios onde vivem povos indígenas isolados. No total, 123 obras de infraestrutura planejadas para a Amazônia afetam 79 áreas protegidas (TIs ou UCs federais e estaduais), além de 18 áreas sem proteção nenhuma, onde vivem povos indígenas isolados. Com isso, 58 registros de povos indígenas isolados estão ameaçados.

A pressão que o setor de infraestrutura faz no governo federal para que sejam revistas, urgentemente, as regulamentações do licenciamento ambiental e as regras que dão à Funai poderes para a avaliação dos impactos ambientais, que na sua visão extrapolam as atribuições do órgão, tornando o licenciamento ambiental “mais moroso e arriscado aos investimentos”, é um exemplo disso. Diante da incapacidade do Ibama de deixar de ser um simples legitimador de projetos cuja decisão de realização já foi tomada anteriormente e fora do seu campo de poder, as expectativas em relação ao futuro, não são e não podem ser de otimismo e esperança, e isso não é nada bom. Nossa avaliação é de que no cenário de ameaça aos povos indígenas isolados conforme descrito neste estudo, a Funai e outros órgãos governamentais devem ser fortalecidos com poder político, capacidade instalada suficiente e orçamento compatível; além de apoio das instâncias superiores de decisão, nos Poderes Legislativo e Executivo. As seguintes ações são urgentes para a proteção dos povos indígenas isolados:

- (i) Concluir os processos administrativos dos registros em situação de “informação” e “em estudo” relativos aos índios isolados;
- (ii) Fortalecer os instrumentos de gestão e proteção dos territórios restritos e interditados para índios isolados;
- (iii) Fortalecer as Frentes de Proteção Etnoambiental da Funai, destinando recursos financeiros e pessoais adequados;
- (iv) Editar portarias de restrição de uso para as áreas com povos indígenas isolados e de recente contato que se encontram fora de TIs;
- (v) Intensificar as operações de fiscalização nas TIs e UCs com presença de povos indígenas isolados;

(vi) Cancelar todos os requerimentos minerários que incidem sobre os territórios dos povos indígenas isolados.

Nota metodológica

Este estudo considerou as seguintes bases de dados: (i) Informação técnica no. 16/2018/CPLII/CGIIRC/DPT-FUNAI; (ii) requerimentos minerários da base de dados do DNPM; (iii) base de dados SIGEL - Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico da ANEEL; (iv) dados do PRODES-INPE; (v) Plano Nacional de Logística (PNL) da Empresa de Planejamento e Logística (EPL); (vi) arquivo shapefile da BR-319 da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) (vii) base de dados das áreas públicas não destinadas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; (viii) base de dados do Atlas da agropecuária brasileira do IMAFLORA; e (ix) base de dados SISARP do Instituto Socioambiental.

Para os registros de povos indígenas isolados localizados no interior de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação federais e estaduais) adotou-se os limites das áreas protegidas como territórios dos povos indígenas isolados. Para os registros localizados fora das áreas protegidas foi adotada a delimitação do território com base nas microbacias de nível 6, conforme metodologia SNAPP².

Para a avaliação do impacto ambiental potencial das obras de infraestrutura sobre os territórios dos povos indígenas isolados, adotou-se o conceito de área de influência direta. De acordo com o artigo 2º da Resolução CONAMA 349/2004, considera-se a Área de Influência Direta (AID) como a área geográfica diretamente afetada pelos impactos decorrentes do empreendimento/projeto e corresponde ao espaço territorial contíguo e ampliado da Área Diretamente Afetada (ADA). Para a delimitação da área de influência direta foi adotado o conceito de buffer ou área de entorno conforme as diretrizes de órgãos e agências responsáveis pelos setores estudados (Tabela 8).

Variáveis	Fonte dos dados	Buffer
Dutos gás e petróleo	MME/EPE, 2012	5 km
Ferrovia	DNIT, 2015	10 km
Linha de transmissão	PNLT, 2010	8 km
Termelétrica	ANEEL, 2016	10 km
Rodovia	DNIT, 2015	40 km
PCH	ANEEL, 2016	40 km
UHE	ANEEL, 2016	40 km

Tabela 8. Métricas para a delimitação de buffer para estudo da área de influência direta e avaliação de impactos ambientais decorrentes de obras de infraestrutura.

² Venticinque, E., Forsberg, B., Barthem, R., Petry, P., Hess, L., Mercado, A., Cañas, C., Montoya, M., Durigan, C., Goulding, M. (2016). An explicit GIS-based river basin framework for aquatic ecosystem conservation in the Amazon. *Earth Syst. Sci. Data*, 8, 651–661.

Os dados espaciais (arquivos shapefile) foram processados no software ArcGIS. As operações espaciais envolveram: consultas (atributos e seleção) e operações de geoprocessamento (cálculo do buffer, intersecção, recorte e merge de camadas).

A avaliação do impacto ambiental potencial das obras de infraestrutura considerou ocorrência de sobreposição entre os territórios de povos indígenas isolados e as obras de infraestrutura. Uma ponderação deve ser feita no caso de territórios (terras indígenas ou unidades de conservação) de grandes dimensões. Considerando que (i) os registros da Funai (coordenadas geográficas) representam uma localização aproximada, (ii) os povos indígenas isolados possuem padrões de mobilidade territorial que podem abranger extensas dimensões, e (iii) a sobreposição entre a área de influência direta do empreendimento e área protegida pode representar uma pequena extensão em área, nestes casos os registros da Funai podem eventualmente estar distantes da região de sobreposição e com isso sujeitos a um menor grau de ameaça.

ANEXO I

Registro	Nome	Situação (Dez 2017)	TI	UF	UC_Fed	UC_Est	Infraestrutura UHE	Infraestrutura PCH	Infraestrutura Linear
1	Igarapé Waranaçu	Informação	Alto rio Negro	AM	-	-			
2	Rio Uaupés	Informação	Alto rio Negro	AM	-	-			
3	Rio Cuririari	Informação	Alto rio Negro	AM	-	-			
4	Igarapé do Natal	Informação	-	AM	-	-			Porto AMTP 79
5	Igarapé Bafuanã	Informação	-	AM	-	-			
6	Baixo rio Cauaburis	Em Estudo	Yanomami	AM	PARNA Pico da Neblina	-	UHE Paredão	S Grabriel Cachoeira	
7	TI Pirititi	Confirmada	Pirititi (Restrição de Uso)	RR-AM	-	-			
8	Alto rio Jatapu	Informação	-	RR	-	-		Alto Jatapu	
9	Rio Parauari	Em Estudo	-	AM/PA	-	-	UHE Jatobá		
10	Alto rio Canumã	Em Estudo	-	AM	-	PES do Sucunduri	UHE JRN-117a (S. Simão Alto), UHE JRN-234b		
11	Rio Mucuí	Informação	-	AM	-	FES Tapauá			BR-319
12	Katawixi	Em Estudo	Jacaréuba/Katawixi (Restrição de Uso)	AM	PARNA Mapinguari	-	UHE Jirau, UHE Sto. Antonio		BR-319, linha de transmissão 611, gasoduto Urucu-Porto Velho
13	Hi-Merimã	Confirmada	Himerimã	AM	-	-			
14	Igarapé Maburrã	Em Estudo	-	AM	-	-			
15	Igarapé Nauá	Confirmada	Vale do Javari	AM	-	-			
16	Rio Itaquai	Confirmada	Vale do Javari	AM	-	-			
18	Igarapé Alerta	Confirmada	Vale do Javari	AM	-	-			

19	Igarapé Inferno	Confirmada	Vale do Javari	AM	-	-			
20	Rio Boia/Curuena	Confirmada	Vale do Javari	AM	-	-			
21	Igarapé Lambança	Confirmada	-	AM	-	-			
22	Rio Pedra	Informação	Vale do Javari	AM	-	-			
23	Rio Coari	Confirmada	Vale do Javari	AM	-	-			
25	Rio Quixito	Confirmada	Vale do Javari	AM	-	-			
26	Igarapé São Salvador	Informação	Vale do Javari	AM	-	-			
27	Igarapé Cravo	Em Estudo	Vale do Javari	AM	-	-			
28	Igarapé Amburus	Em Estudo	Vale do Javari	AM	-	-			
29	Igarapé Flecheira	Em Estudo	Vale do Javari	AM	-	-			
31	Riozinho do Alto Envira	Confirmada	Riozinho do Alto Envira	AC	-	-			
32	Rio Jaminawa	Confirmada	Riozinho do Alto Envira	AC	-	-			
33	Mashko do Iaco	Confirmada	Mamoadate	AC	-	-			
34	Alto Rio Mapuera	Informação	-	PA	-	ESEC do Grão-Pará			
35	Rio Cachorro/Cachorri nho	Informação	Trombetas Mapuera	PA	-	-	UHE Pitinga	Alto Jatapu, 40 Ilhas	
36	Rio Kaxpakuru/ Igarapé Água Fria	Informação	TI Kaxuyana- Tunayana	PA	-	-			
37	Rio Amapari/Alto Oiapoque	Em Estudo	-	AP	PARNA Tumucumaque	-		Tracua, Carnot	
39	Igarapés Presidio e Juriti	Confirmada	Caru	MA	-	-			BR-316, Ferrovia Carajás
40	Riozinho do Anfrizio	Informação	-	PA	Resex Riozinho do Anfrizio	-		Trairão, Candeia, Agua Boa, Iara, Manaca, Aruaná, Alcobaça,	Ferrogrão

								Mangaratiba, Carnaúba, Sapopema, Jaborandi e Jeriva	
41	TI Arariboia	Confirmada	Arariboia	MA	-	-			
42	Iriri Novo	Informação	Menkragnoti	PA	-	-			
43	Rio Fresco	Informação	Kayapo	PA	-	-			
44	Alto rio Ipitinga	Informação	Rio Paru de Leste	PA	-	-	A29PA208 Touré		
45	Bom Futuro	Informação	-	RO	FLONA do Bom Futuro	-	UHE Sto. Antonio		BR-364
46	Igarapé Oriente	Informação	Uru Eu Wau Wau	RO	-	-		Sta Cruz Monte Negro	
47	Cachoeira do Remo	Informação	-	RO	FLONA de jacundá	FLOREX Rio Preto Jacundá	UHE Tabajara	Jaburu, Machadinho I	BR-364, BR-319, linha de transmissão 611. Porto PATP01
48	Cautário	Confirmada	Uru Eu Wau Wau	RO	-	-		Sta Cruz Monte Negro	
49	Bananeira	Confirmada	Uru Eu Wau Wau	RO	-	-		Sta Cruz Monte Negro	
50	Kawahiva do Rio Muqui	Confirmada	-	RO	-	-			BR-364
51	Massaco	Confirmada	Massaco	RO	REBIO do Guaporé	-		Figueira, Saldanha	
53	TI Tanaru	Confirmada	Tanaru (Restrição de Uso)	RO	-	-		Taboca I, Cesar Filho, MU2	
54	Rio Tenente Marques	Em Estudo	Parque Aripuanã	MT	-	-	UHE Rondon II	Faxinal I e II, Juína, Rondon I, Corgão, Avila, Apertadinh	
55	TI Piripkura	Confirmada	Piripkura (Restrição de Uso)	MT	-	-	UHE Ilha de São Pedro		
56	Igarapé Boca da Mata	Informação	-	MT	-	-			BR-174
57	Médio Rio Branco	Informação	Aripuanã	MT	-	-		Faxinal I e II, Juína, Rondon I, Corgão, Avila, Apertadinh	BR-174

58	Arara do Rio Branco	Informação	Arara do Rio Branco	MT	-	-		Faxinal I e II, Juína, Rondon I, Corgão, Avila, Apertadinh	BR-174
59	Kawahiva do rio Pardo	Confirmada	Kawahiva do rio Pardo	MT	-	-	UHE Quebra Remo, BR-174		BR-174
60	Igarapé Pacutinga	Em Estudo	-	MT	-	-	UHE JRN-277, UHE 234b		BR-174
61	Pontal	Em Estudo	Apiaka do Pontal e Isolados	MT	PARNA Juruena	-	JRN-117a (São Simão Alto), UHE JRN-234b, UHE JRN-277		
63	Norte da TI Zoró	Informação	Zoró	MT	-	-	UHE Ilha de São Pedro		
64	Igarapé Tapada	Em Estudo	-	AC	PARNA da Serra do Divisor	-			
65	Jari	Informação	-	PA	-	-			Porto PATM30
66	Serra do Cipó	Informação	-	MA	-	-		Cach Usina, Corr Porão, Cach Ilha	BR-226, BR-010
67	Ava Canoeiro	Em Estudo	-	GO	-	-			
68	Mão de Onça	Em Estudo	Awa	MA	-	-			
70	Kaidjuwa	Em Estudo	-	AM	PARNA Campos Amazônicos	-	UHE Tabajara	Jaburu	
71	Mashko do Rio Chandless	Confirmada	-	AC	-	PES Chandless			
72	Rio Iquê	Informação	Enawenê Nawê	MT	ESEC do Rio Iquê	-	UHE JRN-720, UHE JUI-009, UHE PPG 115	Telegrafica, Rondon, Campos Julio, Cabixi	
73	Serra do Cachimbo	Informação	-	PA	-	-			
74	Urucum	Informação	-	AM	-	-			
75	Rio Coti	Em Estudo	-	AM	-	ESEC Serra Três Irmãos	UHE Jirau		Linha de transmissão 611,

									gasoduto Urucu- Porto Velho
76	Serra da Estrutura	Confirmada	Yanomami		-	-	UHE Paredão		
77	Médio Jatapu	Informação	Trombetas/Mapuera – Waimiri Atroari	AM	-	-	UHE Pitinga	Alto Jatapu, 40 Ilhas	
78	Cabeceira do rio Camanaú	Em Estudo	Waimiri Atroari	AM	-	-			
79	Médio Macucuau	Informação	-	RR	-	APA Baixo Rio Branco			
80	Igarapé Jararaca	Informação	Alto Turiaçu	MA	-	-			BR-316
81	Rio Arraias	Informação	Krikati	MA	-	-			BR-226, BR-010
82	Cana Brava	Informação	Cana Brava	MA	-	-		Engenho, Rocha Baixo, Aurora	BR-226
83	Rio Corumbiara	Informação	-	RO	-	-			
84	Manicorezinho	Informação	-	AM	REBIO do Manicoré	-			
85	Igarapé Preto	Informação	Tenharim do Igarapé Preto	AM	-	-	UHE Inferninho		
86	Rio Maici	Informação	Pirahã	AM	-	-			
87	Rio dos Peixes	Informação	Apiaka/Kayabi	MT	-	-	UHE PEX-093, UHE ARN-120 (Castanheira)	Juara	
88	Igarapé Bom Jardim	Em Estudo	Arawete do Igarapé Ipixuna	PA	-	-			
90	Rio Esquerdo	Confirmada	Vale do Javari	AM	-	-			
91	Igarapé São José	Confirmada	Vale do Javari	AM	-	-			
92	Igarapé Pedro Lopes	Informação	Vale do Javari	AM	-	-			
93	Surucucu/Kataroa	Informação	Yanomami	RR	-	-	UHE Paredão		

94	Parawau	Informação	Yanomami	RR	FLONA do Amazonas	-	UHE Paredão		
95	Auaris/fronteira	Informação	Yanomami	RR	-	-	UHE Paredão		
96	Surucucu/Wathou	Informação	Yanomami	RR	-	-	UHE Paredão		
97	Igarapé Tiradentes	Informação	Uru Eu Wau Wau	RO	-	-		Sta Cruz Monte Negro	
98	Baixo Cautário	Informação	-	RO	RESEX Rio Cautário	-			
99	Alto Tapajós	Em Estudo	Munduruku	PA	-	-	UHE Chacorão		
100	Amajari	Informação	Yanomami	AM	-	-	UHE Paredão		
101	Rio Branquinho	Informação	Yanomami	RR	PARNA Serra da Mocidade	-			
102	Cabeceiras do rio Cuniuá	Informação	Deni	AM	-	-			
103	Igarapé Papavo	Em Estudo	Kaxinawa/Ashaninka do rio Breu	AC	-	-			
104	Ilha do Bananal	Em Estudo	Inawebohona	TO	PARNA do Araguaia	-			
105	Karapawyana	Em Estudo	Trombetas Mapuera	PA/RR/AM	-	-	UHE Pitinga	Alto Jatapu, 40 Ilhas	
106	Akuriyó do rio Mataware/Alto Jari	Informação	Tumucumaque	PA	-	-			
107	Pitinga/Nhamunda-Mapuera	Em Estudo	Kaxuyana-Tunayana e Isolados	PA	-	FES Faro			
108	Alto Urucuriana/Alto Curuá/Alto Maicuru	Informação	-	PA	-	ESEC do Grão-Pará			
109	Rio Citaré	Informação	Tumucumaque	PA	-	-			
110	Igarapé Ipiaçava	Em Estudo	Ituna-Itata (Restrição de Uso)	PA	-	-			

111	Rio Jamanxim	Informação	-	PA	FLONA de Urupadi	-	UHE Chacorão		
112	Rio Abacaxis	Informação	Sawre Maybu	PA	FLONA Itaituba II	-	UHE Jatobá, Cachoeira do Caí, S. Luiz Tapajós	Cach Codó, Cach Ébrio, Trairão, Iara	Ferrogrão
113	Mossoró	Informação	-	PA	ESEC Terra do Meio	-			
114	Serra da Providência	Informação	Igarape Lourdes	RO	REBIO do Jarú	-		Jaburu, Machadinho I	BR-364
115	Alto Rio Humaitá	Confirmada	Kaxinawa do rio Humaitá	AC	-	-			
116	Mashko do Rio Envira	Confirmada	Kampa e Isolados do Rio Envira	AC	-	PES Chandles			
117	Arinos/Sangue	Informação	-	MT	-	-	UHE Roncador		
118	Capot/Nhinore	Informação	Menkragnoti	PA/MT	-	-			
119	Alto Xingu/Curisevo	Informação	Parque do Xingu	MT	-	-		N Sra Garças I, Gaúcha Norte, Sta Cruz	BR-242
120	Alto Xingu/	Informação	Parque do Xingu	MT	-	-		N Sra Garças I, Gaúcha Norte, Sta Cruz	BR-242
121	Baixo Jatapu/Oriente	Em Estudo	-	PA/AM	-	-			
122	Ponekuru/Acapu/Baixo Água Fria	Informação	-	PA	-	-			
123	Gurupi	Informação ISA	-	MA	REBIO Gurupi	-			Ferrovias Carajás
124	Menkragnoti	Informação ISA	Menkragnoti	PA	-	-			
125	Iriri - Terra do Meio	Informação ISA	-	PA	ESEC da Terra do Meio	-			
126	Xikrin - Cateté	Informação ISA	Xikrin do Cateté	PA	-	-			

127	Tapirapé	Informação ISA	-	PA	REBIO do Tapirapé	-			
128	Rio Tea	Informação ISA	Rio Tea	AM	-	-			
130	Alto Tarauacá	Informação ISA	Alto Tarauacá	AC	-	-			